

2021

Notas Explicativas

Demonstrações Contábeis

2021



Sumário

Declaração do Contador	4
Apresentação	5
Demonstrações Contábeis	6
Balanço Patrimonial	6
Demonstração das Variações Patrimoniais	7
Balanço Orçamentário	8
Anexos - Execução de Restos a Pagar	9
Balanço Financeiro	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa	11
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	12
Notas Explicativas	13
1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	13
2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	13
3. Caixa e Equivalente de Caixa	17
4. Créditos a Curto Prazo	17
5. Estoques	18
6. Créditos a Longo Prazo	18
7. Imobilizado	20
8. Intangível	21
9. Ajustes de Exercícios Anteriores	21
10. Resultado Patrimonial	22
11. Resultado Orçamentário	22
12. Resultado Financeiro	23
13. Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	23

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos	18
Tabela 2 – Dívida Ativa	19
Tabela 3 – Ajustes de Perdas de Crédito a LP.....	20
Tabela 4 – Memória de Cálculo para Ajuste de Perda (Dívida Ativa Tributária)	20
Tabela 5 – Memória de Cálculo para Ajuste de Perda (Dívida Ativa Não Tributária).....	20
Tabela 6 – Bens Móveis	21
Tabela 7 – Bens Imóveis	21

Declaração do Contador

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2021 da Superintendência de Seguros Privados.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

a) Falta de informações para registro dos Créditos de Dívida Ativa de Longo Prazo.

Ausência de recebimento de relatório sintético dos dados inseridos no sistema da PGF desde 2018. Estimamos com isso que o ativo está subavaliado em aproximadamente R\$1 bilhão.

A SUSEP iniciou em 2021 um projeto de desenvolvimento de Sistema Créditos a Receber que será apto para tratar os dados recebidos da PGF, permitindo assim o registro no SIAFI.

b) Saldo contábil de bens móveis não confere com Relatório de Bens Móveis.

Atualmente há divergência significativa entre o saldo contábil de bens móveis e o Relatório de Bens Móveis. Além disso, ausência de inventário físico em 2021.

A SUSEP em 2021 iniciou a migração para o SIADS, porém o inventário físico não terminou antes do encerramento do exercício e será finalizado em 2022.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2022



Jonathas da Silva Cordeiro

CRC-RJ 111053/0-O

Apresentação

As Demonstrações Contábeis da SUSEP são compostas pelos Balanços Patrimonial, Balanço Orçamentário e Financeiro, e pelas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), bem como pelas respectivas Notas Explicativas.

O resultado patrimonial apurado neste período foi superavitário em R\$157,5 milhões, sendo que no mesmo período do ano anterior o resultado foi de R\$13,4 milhões. Esta variação ocorreu principalmente devido ao reconhecimento de receitas oriundas do processo sancionador da SUSEP que realizou um expressivo número de julgados que originaram em Créditos a Receber de Multa Administrativa.

No período apurado, as receitas orçamentárias realizadas somaram a quantia de R\$232,5 milhões, o que representa uma realização superior à previsão em R\$15,8 milhões. No que tange as despesas empenhadas, as mesmas perfizeram o montante de R\$240,9 milhões, ocasionando um resultado orçamentário deficitário da ordem de R\$8,4 milhões. Frise-se que desde a vigência da Emenda Constitucional 93/2016, que trata da Desvinculação de Receitas da União, o valor total das Taxas de Fiscalização cobradas pela autarquia sofreu uma redução de 30% pois a referida Emenda desvincula de qualquer despesa até 30% da arrecadação das taxas, contribuições sociais e contribuições de intervenção no domínio econômico. Nesse sentido, desde 2018, vêm ocorrendo déficit orçamentário.

O resultado financeiro apurado foi superavitário em R\$11,4 milhões, basicamente em virtude do maior volume em Transferências Financeiras Recebidas, as quais refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta.

A seguir são apresentadas as Demonstrações Contábeis, incluindo as respectivas Notas Explicativas.

Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial

ATIVO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	594.957.036,16	467.084.594,36
Caixa e Equivalentes de Caixa	410.001.873,05	398.565.182,97
Créditos a Curto Prazo	184.372.140,17	68.445.227,42
Créditos Tributários a Receber	188.257,07	1.295.179,36
Demais Créditos e Valores	184.183.883,10	67.150.048,06
Estoques	43.781,38	45.926,12
VPDs Pagas Antecipadamente	539.241,56	28.257,85
ATIVO NÃO CIRCULANTE	55.461.558,10	23.161.490,52
Ativo Realizável a Longo Prazo	30.025.876,99	4.614.730,11
Créditos a Longo Prazo	29.953.873,98	4.542.727,10
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	93.172.559,46	84.134.901,52
Dívida Ativa Tributária	11.843.332,73	11.798.037,53
Dívida Ativa Não Tributária	1.604.457.244,69	1.588.129.050,95
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-1.679.519.262,90	-1.679.519.262,90
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	72.003,01	72.003,01
Investimentos	-	-
Imobilizado	19.939.368,21	13.601.704,37
Bens Móveis	3.612.280,19	4.339.906,13
Bens Imóveis	16.327.088,02	9.261.798,24
Intangível	5.496.312,90	4.945.056,04
Softwares	5.495.886,90	4.944.630,04
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	426,00	426,00
Diferido	-	-
TOTAL DO ATIVO	650.418.594,26	490.246.084,88
PASSIVO	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE	24.274.111,82	21.670.123,08
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	22.779.978,74	20.508.930,17
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.067,78	-
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Provisões a Curto Prazo	11.026,38	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.479.038,92	1.161.192,91
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	24.274.111,82	21.670.123,08
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	2020
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Resultados Acumulados	626.144.482,44	468.575.961,80
Resultado do Exercício	157.502.498,22	13.449.319,22
Resultados de Exercícios Anteriores	468.575.961,80	457.609.177,15
Ajustes de Exercícios Anteriores	66.022,42	-2.482.534,57
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	626.144.482,44	468.575.961,80
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	650.418.594,26	490.246.084,88

Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	682.026.904,62	549.975.921,22
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	250.555.880,52	227.560.135,53
Impostos	-	-
Taxas	250.555.880,52	227.560.135,53
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	498.752,79	365.769,63
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	498.752,79	365.769,63
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	43.013.617,00	29.652.972,85
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	8.785.472,56	3.482.205,00
Juros e Encargos de Mora	2.361,93	6.581,24
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	34.236.303,41	26.151.272,45
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-10.520,90	12.914,16
Transferências e Delegações Recebidas	219.792.484,47	226.889.358,91
Transferências Intragovernamentais	219.792.484,47	226.847.804,16
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	41.554,75
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	13.214.413,84	8.563.906,01
Reavaliação de Ativos	10.693.494,40	3.156.370,91
Ganhos com Alienação	2.143,52	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.207.858,42	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.310.917,50	5.407.535,10
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	154.951.756,00	56.943.778,29
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-40.820,68	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	5.751,21
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	154.992.576,68	56.938.027,08
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	524.524.406,40	536.526.602,00
Pessoal e Encargos	145.801.806,66	139.113.729,88
Remuneração a Pessoal	113.410.236,18	109.978.855,23
Encargos Patronais	23.159.858,08	22.269.723,34
Benefícios a Pessoal	2.327.894,63	2.448.446,75
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	6.903.817,77	4.416.704,56
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	85.124.906,14	86.480.424,85
Aposentadorias e Reformas	63.518.542,92	65.769.072,34
Pensões	20.566.797,00	19.570.505,77
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.039.566,22	1.140.846,74
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	10.142.218,57	9.243.380,79
Uso de Material de Consumo	151.530,94	15.279,74
Serviços	8.862.616,65	8.088.657,39
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.128.070,98	1.139.443,66
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.532.704,82	1.822.935,16
Juros e Encargos de Mora	377,87	1.403,26
Descontos Financeiros Concedidos	1.532.326,95	1.821.531,90
Transferências e Delegações Concedidas	280.148.409,17	281.288.624,68
Transferências Intragovernamentais	277.485.814,87	241.144.878,92
Transferências ao Exterior	603.627,80	468.358,40
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.058.966,50	39.675.387,36
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.411.780,15	18.206.617,30
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	159.890,06	18.178.846,55
Desincorporação de Ativos	1.251.890,09	27.770,75
Tributárias	350.055,37	368.985,76
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.320,51	101.750,63
Contribuições	333.734,86	267.235,13
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	12.525,52	1.903,58
Constituição de Provisões	11.026,38	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.499,14	1.903,58
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	157.502.498,22	13.449.319,22

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	193.747.889,00	193.747.889,00	231.181.706,49	37.433.817,49
Receitas Tributárias	158.604.508,00	158.604.508,00	176.166.324,43	17.561.816,43
Taxas	158.604.508,00	158.604.508,00	176.166.324,43	17.561.816,43
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	26.895.437,00	26.895.437,00	34.347.050,89	7.451.613,89
Valores Mobiliários	26.895.437,00	26.895.437,00	33.848.298,10	6.952.861,10
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	498.752,79	498.752,79
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	7.030,00	7.030,00	-10.520,90	-17.550,90
Serviços e Atividades Financeiras	7.030,00	7.030,00	-10.520,90	-17.550,90
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	8.240.914,00	8.240.914,00	20.678.852,07	12.437.938,07
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	8.234.083,00	8.234.083,00	20.624.987,17	12.390.904,17
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	208,13	208,13
Demais Receitas Correntes	6.831,00	6.831,00	53.656,77	46.825,77
RECEITAS DE CAPITAL	22.912.399,00	22.912.399,00	1.359.001,94	-21.553.397,06
Operações de Crédito	22.912.399,00	22.912.399,00	-	-22.912.399,00
Alienação de Bens	-	-	1.359.001,94	1.359.001,94
Alienação de Bens Imóveis	-	-	1.359.001,94	1.359.001,94
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	216.660.288,00	216.660.288,00	232.540.708,43	15.880.420,43
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	216.660.288,00	216.660.288,00	232.540.708,43	15.880.420,43
DEFICIT	-	-	8.432.818,10	8.432.818,10
TOTAL	216.660.288,00	216.660.288,00	240.973.526,53	24.313.238,53
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	1.937.622,00	-	(1.937.622,00)
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	1.937.622,00	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	243.214.462,00	244.338.539,00	238.638.138,56	236.294.301,28	222.481.607,09	5.700.400,44
Pessoal e Encargos Sociais	220.766.782,00	225.405.441,00	223.554.979,89	222.972.922,14	209.441.383,74	1.850.461,11
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	22.447.680,00	18.933.098,00	15.083.158,67	13.321.379,14	13.040.223,35	3.849.939,33
DESPESAS DE CAPITAL	2.789.622,00	3.603.167,00	2.335.387,97	529.071,97	529.071,97	1.267.779,03
Investimentos	1.410.000,00	2.223.545,00	2.167.292,58	360.976,58	360.976,58	56.252,42
Inversões Financeiras	1.379.622,00	1.379.622,00	168.095,39	168.095,39	168.095,39	1.211.526,61
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	37090023	37090023	-	-	-	37090023
SUBTOTAL DAS DESPESAS	283.094.107,00	285.031.729,00	240.973.526,53	236.823.373,25	223.010.679,06	44.058.202,47
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	283.094.107,00	285.031.729,00	240.973.526,53	236.823.373,25	223.010.679,06	44.058.202,47
TOTAL	283.094.107,00	285.031.729,00	240.973.526,53	236.823.373,25	223.010.679,06	44.058.202,47

Anexos - Execução de Restos a Pagar

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31/DEZ DO EXERC.ANT.	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	790.779,62	3.267.187,03	2.197.267,01	2.197.267,01	1.186.471,21	674.228,43
Pessoal e Encargos Sociais	447.684,07	1.354.791,42	1.016.084,25	1.016.084,25	199.960,73	586.430,51
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	343.095,55	1.912.395,61	1.181.182,76	1.181.182,76	986.510,48	87.797,92
DESPESAS DE CAPITAL	92.276,38	879.300,71	663.146,35	663.146,35	171.609,60	136821,14
Investimentos	92.276,38	679.030,37	579.056,36	579.056,36	171.609,60	20640,79
Inversões Financeiras	-	200270,34	84089,99	84089,99	-	116180,35
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	883.056,00	4.146.487,74	2.860.413,36	2.860.413,36	1.358.080,81	811.049,57

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31/DEZ DO EXERC.ANT.	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	13.240.880,39	13.238.378,90	-	2501,49
Pessoal e Encargos Sociais	-	12.926.476,74	12.926.476,74	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	314.403,65	311.902,16	-	2501,49
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	13.240.880,39	13.238.378,90	-	2.501,49

Balanco Financeiro

INGRESSOS	2021	2020
Receitas Orçamentárias	232.540.708,43	193.114.195,79
Ordinárias	-	-
Vinculadas	234.226.106,21	195.103.593,41
Alienação de Bens e Direitos	1.359.001,94	
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	232.867.104,27	195.103.593,41
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-1.685.397,78	-1.989.397,62
Transferências Financeiras Recebidas	219.792.484,47	226.847.804,16
Resultantes da Execução Orçamentária	216.955.053,19	224.263.108,48
Repasse Recebido	216.955.053,19	224.263.108,48
Independentes da Execução Orçamentária	2.837.431,28	2.584.695,68
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	989830,86	340.859,79
Demais Transferências Recebidas	55292,11	190.802,44
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.792.308,31	2.053.033,45
Recebimentos Extraorçamentários	94.232.819,06	85.785.327,77
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	13.812.694,19	13240880,39
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	4.150.153,28	4.146.487,74
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	479.169,82	63.935,94
Outros Recebimentos Extraorçamentários	75.790.801,77	68.334.023,70
Arrecadação de Outra Unidade	75.698.783,37	68.334.023,70
Demais Recebimentos	92.018,40	
Saldo do Exercício Anterior	398.565.182,97	388.059.836,25
Caixa e Equivalentes de Caixa	398.565.182,97	388.059.836,25
TOTAL	945.131.194,93	893.807.163,97
DISPÊNDIOS	2021	2020
Despesas Orçamentárias	240.973.526,53	238.911.526,59
Ordinárias	26.359.849,74	15.653.230,65
Vinculadas	214.613.676,79	223.258.295,94
Seguridade Social (Exceto Previdência)	33.121.439,78	4574811,42
Previdência Social (RPPS)	33.467.590,00	68001981,89
Dívida Pública		12837880,42
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	148.024.647,01	137.843.622,21
Transferências Financeiras Concedidas	277.577.833,27	241.144.878,92
Resultantes da Execução Orçamentária	3.219.654,85	3.834.992,47
Repasse Concedido	3.219.654,85	2.896.395,04
Repasse Devolvido		938597,43
Independentes da Execução Orçamentária	274.358.178,42	237.309.886,45
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		87.889,12
Movimento de Saldos Patrimoniais	274.358.178,42	237.221.997,33
Pagamentos Extraorçamentários	16.577.962,08	15.185.575,49
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	13.238.378,90	13776184,49
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	2.860.413,36	1.345.455,06
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	479.169,82	63.935,94
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo para o Exercício Seguinte	410.001.873,05	398.565.182,97
Caixa e Equivalentes de Caixa	410.001.873,05	398.565.182,97
TOTAL	945.131.194,93	893.807.163,97

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	11.269.906,46	13.195.606,06
INGRESSOS	527.244.162,55	488.359.959,59
Receita Tributária	176.166.324,43	159.076.739,01
Receita Patrimonial	498.752,79	365.769,63
Receita de Serviços	-10.520,90	12.914,16
Remuneração das Disponibilidades	33.848.298,10	26.077.859,54
Outras Receitas Derivadas e Originárias	20.678.852,07	7.580.913,45
Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	296.062.456,06	295.245.763,80
Ingressos Extraorçamentários	479.169,82	63.935,94
Transferências Financeiras Recebidas	219.792.484,47	226.847.804,16
Arrecadação de Outra Unidade	75.698.783,37	68.334.023,70
Demais Recebimentos	92.018,40	-
DESEMBOLSOS	-515.974.256,09	-475.164.353,53
Pessoal e Demais Despesas	-216.270.597,60	-213.363.888,73
Administração	-132.354.799,50	-127.763.919,22
Previdência Social	-83.649.836,85	-85.125.560,49
Educação	-	-106.587,56
Encargos Especiais	-265.961,25	-367.821,46
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-21.646.655,40	-20.591.649,94
Intragovernamentais	-21.043.027,60	-20.123.291,54
Outras Transferências Concedidas	-603.627,80	-468.358,40
Outros Desembolsos Operacionais	-278.057.003,09	-241.208.814,86
Dispêndios Extraorçamentários	-479.169,82	-63.935,94
Transferências Financeiras Concedidas	-277.577.833,27	-241.144.878,92
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	166.783,62	-2.690.259,34
INGRESSOS	1.359.001,94	-
Alienação de Bens	1359001,94	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
DESEMBOLSOS	-1.192.218,32	-2.690.259,34
Aquisição de Ativo Não Circulante	-383.434,50	-594.852,42
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-252.185,38	-878.664,57
Outros Desembolsos de Investimentos	-556.598,44	-1.216.742,35
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11.436.690,08	10.505.346,72
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	398.565.182,97	388.059.836,25
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	410.001.873,05	398.565.182,97

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Especificação	Pat. Social / Capital Social	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucro	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial – 31/12/2020	-	-	-	-	-	468.575.961,80	-	468.575.961,80
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	66.022,42	-	66.022,42
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	157.502.498,22	-	157.502.498,22
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	-	-	-	-	-	626.144.482,44	-	626.144.482,44

Notas Explicativas

1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis da SUSEP são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria, conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986, exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extra orçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no Balanço Financeiro, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da SUSEP, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional é o Real. Não há saldos em moeda estrangeira.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

Não houve registro de Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo no período em análise.

Estoques

Compreendem os bens em almoxarifado, que são avaliados e registrados pelo valor de aquisição.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há também a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante utilização das contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) dívida ativa, (ii) empréstimos e financiamentos concedidos e (iii) investimentos temporários. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

Ajuste para perdas da dívida ativa

Os créditos sob supervisão da Procuradoria Federal junto à SUSEP (PF-SUSEP) são atualizados por meio de relatório mensal extraído de sistema sob a responsabilidade da PF-SUSEP. Utilizamos como Metodologia de Cálculo da Provisão para perdas da dívida ativa o histórico de recebimentos de crédito, onde a determinação do cálculo é que se encontre a média ponderada das receitas dos três últimos exercícios dividido pela média ponderada do estoque de dívida dos três últimos exercícios.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da SUSEP é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação passa a ser considerada no mesmo dia em que o bem é colocado em condições de uso.

A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da SUSEP são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para SUSEP e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a SUSEP, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado Orçamentário

O regime orçamentário da SUSEP segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

De acordo com o art. 58 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, o empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de asseverar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo contratado.

Nesta etapa é possível asseverar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública, nominalmente identificados.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da SUSEP.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da SUSEP, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3. Caixa e Equivalente de Caixa

O grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda depositados na conta única no Banco Central do Brasil.

4. Créditos a Curto Prazo

Os “Créditos Tributários a Receber” são aqueles referentes ao registro das Taxas de Fiscalização a receber do mercado segurador. A arrecadação da Taxa de Fiscalização é a principal fonte de receita de SUSEP e possui baixa inadimplência.

Os demais créditos a receber são constituídos basicamente por “Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo” que correspondem às multas administrativas a receber.

Em 2021, a área de Julgamentos encaminhou um número maior de processos para a arrecadação gerando um aumento significativo nos créditos a receber de multas administrativas, o que justificou o percentual de 174% de aumento nesta conta. Além disso,

houve um esforço adicional da área de julgamentos o que acabou resultando em uma quantidade maior de processos realizados.

5. Estoques

Não houve variação significativa nos estoques de almoxarifado da SUSEP no período apurado.

6. Créditos a Longo Prazo

Os Créditos a Longo Prazo estão constituídos conforme informações a seguir:

Empréstimos e Financiamentos concedidos

Os Empréstimos e Financiamentos Concedidos correspondem aos valores emprestados às entidades supervisionadas em regime de liquidação, atualizados, mensalmente, pela Coordenação de Arrecadação e Finanças da SUSEP, utilizando-se o IPCA15 como índice de atualização, conforme IN SUSEP Nº 93, de 21 de dezembro de 2018.

Tabela 1 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos

LIQUIDANDAS	PLANILHA	PRINCIPAL	CORREÇÃO	TOTAL
AJAX CIA. NACIONAL DE SEGUROS	AJAX	4.414.535,48	856.392,05	5.270.927,53
ALIANÇA RIOGRANDENSE	ALIANÇA	879,83	170,68	1.050,51
AVS SEGURADORA S/A	AVS	7.207.957,94	1.331.797,48	8.539.755,42
CARIOCA SEGURADORA S.A.	CARIOCA	1.796.342,72	348.479,16	2.144.821,88
CASTELO COSTA CIA. DE SEGUROS	CASTELO	1.485.524,49	288.182,39	1.773.706,88
CIA. ÂNCORA DE SEGUROS GERAIS	ANCORA	1.616.001,25	313.494,05	1.929.495,30
CIA. DE SEGUROS CRUZEIRO DO SUL	CRUZEIRO	3.765.781,19	730.537,81	4.496.319,00
CIA. DE SEGUROS MONARCA	MONARCA	1.450.355,97	281.359,91	1.731.715,88
CIA.INTERNACIONAL DE SEGUROS	INTERNACIONAL	1.944.567,17	377.233,77	2.321.800,94
COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS	MUTUAL	221.377,40	70.665,03	292.042,43
EDEL SEGURADORA	EDEL	3.058.824,76	593.392,72	3.652.217,48
EMPRESARIAL DE PREVIDENCIA PRIVADA	EMPRESARIAL	2.341.633,32	454.262,10	2.795.895,42
FEZ PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	FEZ	216.367,22	41.973,88	258.341,10
GNPP PROVIDA SEGURADORA	GNPP	2.978.565,66	577.822,96	3.556.388,62
MONTEPIO DA FAMÍLIA MILITAR	MONTEPIO	2.110.067,95	409.339,88	2.519.407,83
NOVA YORK CIA. DE SEGUROS	NOVA YORK	10.912.360,83	2.076.010,65	12.988.371,48
PATRIMONIAL DE SEGUROS GERAIS	PATRIMONIAL	9.357.623,79	1.815.320,02	11.172.943,81
PLANALTO CIA. DE SEGUROS GERAIS	PLANALTO	2.458.007,91	476.838,04	2.934.845,95
PREFERENCIA CIA. DE SEGUROS	PREFERENCIA	2.073.465,99	402.239,33	2.475.705,32
PREVBRAS SOC. NACIONAL DE PREVIDÊNCIA	PREVBRAS	5.353.210,57	1.037.023,22	6.390.233,79
SÃO PAULO CIA. NACIONAL DE SEGUROS	SÃO PAULO	7.437.323,37	1.442.793,85	8.880.117,22
SDB COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	SDB	1.080.932,77	209.694,14	1.290.626,91
SEGURANÇA CIA. DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA	SEGURANÇA CIA	436.736,20	84.724,07	521.460,27
SEGURANÇA IND. CIA. NAC. DE SEGUROS	SEGURANÇA IND.	1.633.891,67	316.964,68	1.950.856,35
SULINA SEGURADORA S/A	SULINA	2.750.024,69	533.487,45	3.283.512,14
TOTAL GERAL		78.102.360,14	15.070.199,32	93.172.559,46

Fonte: Divisão de Execução Financeira da SUSEP (DIFIN).

Dívida Ativa

Em Dívida Ativa Tributária são registrados os valores a receber referentes às taxas de fiscalização cobradas das entidades supervisionadas, enquanto que na Dívida Ativa Não-Tributária registram-se os valores a receber referentes às multas cobradas das entidades supervisionadas, aos empréstimos a entidades supervisionadas em regime de liquidação e aos ressarcimentos ao erário, todos na esfera judicial.

Os valores nessas contas são atualizados, mensalmente, tendo por base os valores constantes em relatórios emitidos pela Procuradoria Federal da SUSEP.

Evidencia-se que existe limitação no sistema de dívida ativa da SUSEP, que atualmente não se comunica com o sistema de arrecadação da SUSEP e, tampouco, com o controle dos créditos a receber dos recursos emprestados às seguradoras em regime de liquidação, possibilitando, portanto, a existência de saldos duplicados e outros problemas correlatos.

A variação apontada pela análise horizontal (AH) ocorre, basicamente, pelas correções dos créditos inscritos em dívida ativa nos relatórios sob responsabilidade da Procuradoria Federal Especializada junto à Autarquia. Isso porque as informações ora apresentadas contemplam apenas os créditos inscritos até o mês de abril de 2017, tendo em vista que, desde maio de 2017, a inscrição de novas dívidas passou a ser realizada pela Equipe Nacional de Cobrança (ENAC), da Procuradoria-Geral Federal (PGF).

Por meio da Portaria nº 7.757, de 3 de fevereiro de 2021 foi criado um grupo de trabalho para mapeamento de fluxo desse processo, visando a criação do sistema de Gestão de Créditos da SUSEP. Tal mapeamento foi finalizado e o sistema já começou a ser desenvolvido.

Tabela 2 – Dívida Ativa

Contas	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Dívida Ativa Tributária	11.843.332,73	11.798.037,53	0,38
Juros e Multas da Taxa de Fiscalização	8.082.228,88	8.012.859,93	0,87
Valor Originário da Taxa de Fiscalização	3.761.103,85	3.785.177,60	-0,64
Dívida Ativa Não Tributária	1.604.457.244,69	1.588.129.050,95	1,03
Juros e Multas do Empréstimo às Massas	14.731.155,13	14.439.583,46	2,02
Valor Originário do Empréstimo às Massas	7.796.033,82	7.796.033,82	0,00
Juros e Multas da Multa Pecuniária	1.010.882.646,56	992.732.789,46	1,83
Valor Originário da Multa Pecuniária	570.559.412,76	572.683.870,05	-0,37
Juros e Multas do Ressarcimento ao Erário	187.936,12	176.713,86	6,35
Valor Originário do Ressarcimento ao Erário	300.060,30	300.060,30	0,00
Total	1.616.300.577,42	1.599.927.088,48	0,15

Fonte: Tesouro Gerencial

Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo

A conta de Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo contempla os valores, atualizados anualmente, dos Ajustes para Perdas em Empréstimos, em Dívida Ativa Tributária e em Dívida Ativa Não Tributária.

A metodologia de cálculo da Provisão para Perda com Dívida Ativa Tributária, Não Tributária e Empréstimos Concedidos a Longo Prazo tem por base o histórico de receitas da autarquia. Consiste em apurar a média ponderada das receitas dos três últimos exercícios dividida pela média ponderada do estoque de dívida dos três últimos exercícios.

Tabela 3 – Ajustes de Perdas de Crédito a LP

Contas	31/12/2021
Ajuste de Perdas – Emprést.e Financ.	-79.957.227,65
Ajuste de Perdas - Dívida Ativa Tributária	-11.796.561,89
Ajuste de Perdas - Dívida Ativa Não Tributária	-1.587.765.473,36
Total	-1.679.519.262,90

Fonte: SIAFI.

A metodologia empregada foi a orientada pelo então Coordenador de Análise Contábil da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda em 07 de abril de 2016, e cuja memória de cálculo do **último registro efetuado** segue abaixo:

Tabela 4 – Memória de Cálculo para Ajuste de Perda (Dívida Ativa Tributária)

Contas	2018	2019	2020	MÉDIA
Receitas	2.411,69	1.988,48	0	1.466,72
Estoque	11.578.344,78	11.803.891,81	11.798.037,53	11.726.758,04
Ajuste de Perda de Crédito %				99,99
Ajuste de Perda de Crédito R\$				11.796.561,89

Tabela 5 – Memória de Cálculo para Ajuste de Perda (Dívida Ativa Não Tributária)

Contas	2018	2019	2020	MÉDIA
Receitas	267.121,38	542.172,02	269.050,84	359.448,08
Estoque	1.547.707.299,86	1.574.436.996,58	1.588.129.050,95	1.570.091.115,80
Ajuste de Perda de Crédito %				99,98
Ajuste de Perda de Crédito R\$				1.587.765.473,36

7. Imobilizado

O Imobilizado da SUSEP está segregado em dois grupos: bens móveis e bens imóveis.

Bens Móveis

Os Bens Móveis da SUSEP estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 6 – Bens Móveis

Contas	31/03/2021	31/12/2020	AH (%)
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	807.226,29	807.226,29	0,00
Bens de Informática	7.570.637,34	7.273.280,34	4,09
Móveis e Utensílios	3.000.855,86	2.991.019,28	0,33
Material Cultural e de Comunicação	123.376,12	123.376,12	0,00
Veículos	3.445,00	3.445,00	0,00
Demais Bens Móveis	57.341,31	57.341,31	0,00
(-) Depreciação / Amortização Acumulada	-7.950.601,73	-6.915.782,21	14,96
Total	3.612.280,19	4.339.906,13	-16,77

Fonte: SIAFI.

Ressalta-se que, atualmente, ocorre diferença entre os registros de bens móveis no sistema de controle de bens móveis da SUSEP (CBEM) e no SIAFI devido a limitações no atual sistema. Sobre isso, a área de patrimônio da SUSEP não conseguiu finalizar o inventário anual até o encerramento do exercício e pretende finalizá-lo no início de 2022, enquanto isso a implantação do SIADS já foi iniciada.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da SUSEP estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 7 – Bens Imóveis

Contas	31/03/2021	31/12/2020	AH (%)
Bens de Uso Especial	20.047.400,27	12.970.441,53	54,56
Instalações	32.762,00	32.762,00	-
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	113.422,50	31.840,00	-
(-) Depreciação / Amortização Acumulada	-3.866.496,75	-3.773.245,29	2,47
Total	16.327.088,02	9.261.798,24	76,28

Fonte: SIAFI.

No exercício de 2021, o processo de reavaliação dos bens imóveis da autarquia resultou em um significativo aumento na conta Bens de Uso Especial.

8. Intangível

O Ativo Intangível da SUSEP é composto basicamente por softwares, classificados atualmente em “vida útil indefinida”, conforme consulta interna ao Departamento de Tecnologia da Informação (DETIC) da autarquia.

9. Ajustes de Exercícios Anteriores

Os Ajustes de Exercícios Anteriores compõem a seção de Resultados Acumulados do Balanço Patrimonial, juntamente com o Resultado do Exercício e os Resultados de Exercícios

anteriores, e registra os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Em relação ao ajuste realizado em 2020, no valor de R\$ 2,4 milhões, R\$ 1,0 milhão refere-se ao registro da baixa do saldo de 13º salário a pagar relativo ao exercício de 2019 e R\$ 1,4 milhões refere-se a baixa de bens doados em exercícios anteriores, não processados na contabilidade. Este valor foi, em janeiro de 2021, transferido para Resultados de Exercícios Anteriores pela setorial contábil.

Além disso em julho de 2021 ocorreu lançamento de ajuste de saldo de precatórios.

10. Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial apurado neste período foi superavitário em R\$157,5 milhões, apresentando uma variação de 1071% em relação ao mesmo período do ano anterior, no qual o resultado foi de R\$13,4 milhões.

Analisando-se a Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP, observa-se que a variação apontada no parágrafo acima ocorreu majoritariamente devido à diferença de saldos em “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas”, que representa o saldo da conta “Créditos a Receber Decorrentes de Infrações”, teve variação positiva, justificado por um maior volume de julgamentos de multas no período analisado.

11. Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir da confrontação entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista o critério estabelecido no art. 35 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

No período apurado, as receitas orçamentárias realizadas somaram a quantia de R\$232,5 milhões, o que representa uma realização de 107% do total previsto para o exercício. No que tange as despesas empenhadas, as mesmas perfizeram o montante de R\$240,9 milhões, ocasionando um resultado orçamentário deficitário da ordem de R\$8,4 milhões. Frise-se que desde a vigência da Emenda Constitucional 93/2016, que trata da Desvinculação de Receitas da União, o valor total das Taxas de Fiscalização cobradas pela autarquia sofreu uma redução de 30% pois a referida Emenda desvincula de qualquer despesa até 30% da arrecadação das taxas, contribuições sociais e contribuições de intervenção no domínio econômico. Nesse sentido, desde 2018, vêm ocorrendo déficit orçamentário.

12. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apurado foi superavitário em R\$11,4 milhões, basicamente em virtude do maior volume em Transferências Financeiras Recebidas, as quais refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta.

13. Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Na SUSEP, em função da adoção do Princípio da Unidade de Caixa, a “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa” é igual ao “Resultado Financeiro”.



Demonstrações Contábeis 2021



SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

VOTO ELETRÔNICO Nº 4/2022/SUPERINTENDENTE

Senhores membros do Conselho Diretor,

1. Trata o presente das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da SUSEP referentes ao exercício de 2021 (Doc. SEI nº 1263385), elaboradas em consonância com os dispositivos que regem a matéria - Lei nº 4.320, de 1964; Decreto-Lei nº 200, de 1967; Decreto nº 93.872, de 1986; Lei nº 10.180, de 2001; e da Lei Complementar nº 101, de 2000. As referidas Demonstrações observam, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP; e o Manual SIAFI.
2. As Demonstrações Contábeis são apresentações estruturadas da posição patrimonial e financeira, em determinado período, compostas pelos Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
3. O resultado patrimonial apurado neste período foi superavitário em R\$ 157,5 milhões, sendo que, no mesmo período do ano anterior, o resultado foi de R\$ 13,4 milhões. Essa variação ocorreu principalmente devido ao reconhecimento das receitas oriundas do processo sancionador da Susep, que realizou um expressivo número de julgados no exercício, que deram origem aos Créditos a Receber de Multa Administrativa.
4. No período apurado, as receitas orçamentárias realizadas somaram a quantia de R\$ 232,5 milhões, o que representa uma realização superior à previsão em R\$ 15,8 milhões. No que tange às despesas empenhadas, as mesmas perfizeram o montante de R\$ 240,9 milhões, ocasionando um resultado orçamentário deficitário da ordem de R\$ 8,4 milhões. Frise-se que, desde a vigência da Emenda Constitucional 93/2016, que trata da Desvinculação de Receitas da União, o valor total das Taxas de Fiscalização cobradas pela autarquia sofreu redução de 30%, pois a referida Emenda desvincula de qualquer despesa até 30% da arrecadação das taxas, contribuições sociais e contribuições de intervenção no domínio econômico. Nesse sentido, desde 2018, vêm ocorrendo déficit orçamentário.
5. O resultado financeiro apurado foi superavitário em R\$ 11,4 milhões, basicamente em virtude do maior volume em Transferências Financeiras Recebidas, as quais refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta.

VOTO: Diante do exposto, com base na competência regimental de que trata o inciso V do art. 9º do Regimento Interno, anexo à Resolução CNSP nº 428, de 12 de novembro de 2021, submeto à aprovação desse Colegiado as Notas Explicativas relativas às Demonstrações Contábeis do exercício de 2021 (Doc. SEI nº 1263385), para posterior envio ao Tribunal de Contas da União.



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE MILANESE CAMILLO (MATRÍCULA 3257886)**, **Superintendente da Susep**, em 11/03/2022, às 12:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1268734** e o código CRC **35840F0E**.



SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

TERMO DE JULGAMENTO ELETRÔNICO Nº 37/2022/SECON/GABIN/SUPERINTENDENTE/SUSEP

O Conselho Diretor da Superintendência de Seguros Privados-Susep, em reunião ordinária eletrônica realizada em 10 de março de 2022, considerando o VOTO ELETRÔNICO Nº 4/2022/SUPERINTENDENTE (1268734) decidiu, **por unanimidade**, aprovar as Demonstrações Contábeis da Susep e suas Notas Explicativas referentes ao exercício de 2021 (1263385).

Participaram do julgamento o Superintendente Alexandre Milanese Camillo e os Diretores Marcelo Augusto Camacho Rocha, Augusto Coelho Cardoso, José Camilo de Oliveira Nagano e Eduardo Fraga Lima de Melo.

À CGFOP para conhecimento e prosseguimento no âmbito de suas competências.



Documento assinado eletronicamente por **MAURICIO DELGADO D'AVILA (MATRÍCULA 2152966)**, **Chefe de Serviço**, em 11/03/2022, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1272378** e o código CRC **BE5AF50A**.